



Boletim do diap

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

101 propostas da CNI para mudança na legislação trabalhista

Antevedendo que o governo pode promover mudança nas relações de trabalho, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou uma lista com 101 sugestões com o propósito de elevar a competitividade e a produtividade da indústria, a partir da redução: 1) de custos, 2) da burocracia, e, principalmente, 3) da mão de obra.

O documento, entregue à presidente da República, propõe a substituição do legislado sobre o negociado, a revogação de súmulas do Tribunal Superior do Trabalho favorável aos trabalhadores e principalmente sugere flexibilização ou redução de direitos trabalhistas, com proposta de alte-

ração na constituição e na legislação infraconstitucional, notadamente na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Segundo a CNI “O documento lista 101 “irracionalidades” da legislação trabalhista, aponta as consequências de cada uma delas, dá a solução e a forma legal para adotá-la e ainda enumera os ganhos das mudanças. Sugere, para eliminar as “irracionalidades”, 65 projetos de lei, três projetos de lei complementar, cinco projetos de emenda à Constituição (PECs), 13 atos normativos, sete revisões de súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), seis decretos, cinco portarias e duas normas de regulamentação (NR) do Ministério do Trabalho na área de saúde e segurança do trabalho”.

Ementas de cada uma das 101 medidas propostas pela CNI e o instrumento recomendado:

1ª. Ementa: propõe a valorização e o fortalecimento da negociação coletiva.

■ **Medida necessária/instrumento:** Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e/ou projeto de lei ordinária.

2ª. Ementa: propõe o maior espaço para a negociação individual das condições de trabalho de empregados que não sejam hipossuficientes.

■ **Medida necessária/instrumento:** Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

3ª. Ementa: propõe explicitar a possibilidade de redução do intervalo intrajornada mediante negociação coletiva.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para alteração do § 3º do artigo 71 da CLT.

4ª. Ementa: propõe aumentar para até quatro anos o prazo de validade das convenções e acordos coletivos, mas explicitar que não há ultratividade e que as cláusulas convencionais não integram o contrato de trabalho.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para alteração do § 3º do artigo 614 da CLT ou revisão da Súmula 277 do TST.

5ª. Ementa: propõe que a jornada semanal de 44 horas possa ser distribuída em cinco dias de trabalho, mediante acordo de compensação de horas independentemente da ocorrência de horas extras.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ou revisão da Súmula 85 do TST.

6ª. Ementa: propõe o reconhecimento legal da jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária para reconhecer a validade da jornada 12 por 36 da limitação de horas prevista no artigo 59 da CLT.

7ª. Ementa: propõe que, nos casos de supressão parcial do intervalo intrajornada, sejam pagos apenas os minutos suprimidos.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ou revisão de Súmula 437, I.

8ª. Ementa: propõe que o banco de horas válido para todos os trabalhadores da empresa possa ser negociado com a categoria preponderante na empresa.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária para alterar a regulamentação já existente.

9ª. Ementa: propõe o afastamento de restrições sem base legal a acordos individuais de compensação, especialmente na modalidade “banco de horas”.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para explicitar no artigo 59, § 2º, que a compensação de jornada (inclusive na modalidade banco de horas) pode ser firmada por meio de acordo individual ou coletivo, ou convenção coletiva de trabalho, ou revisão da Súmula 85 do TST para retirar de seu texto o item V, que trata da impossibilidade de negociação individual para banco de horas.

10ª. Ementa: propõe que o trabalho aos domingos e feriados seja estendido para todas as categorias, sem restrições, desde que se mantenha o direito a repouso semanal remunerado e às formas de pagamento contidos na legislação vigente.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária alterando o artigo 67 e seguintes da CLT, alteração da Lei 605/1949 e do Decreto 27.048/1949 para determinar a permissão do trabalho nesses períodos, respeitando o descanso semanal remunerado e o pagamento de folga nos feriados.

11ª. Ementa: propõe a regulamentação do turno ininterrupto de revezamento, com permissão para o estabelecimento de condições de trabalho diversas por meio de negociação coletiva.

■ **Medida necessária/instrumento:** PEC para determinar a regulamentação por lei e lei ordinária para regulamentação.

12ª. Ementa: propõe a modificação do sistema de cálculo da hora noturna e negociação coletiva para sua prorrogação.

■ **Medida necessária/instrumento:** No âmbito do Poder Legislativo, projeto de lei, e no âmbito do Poder Judiciário, revisão da Súmula 60 e da OJ 388.

13ª. Ementa: propõe a flexibilização do contrato em regime de tempo parcial.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

14ª. Ementa: propõe que o deslocamento do trabalhador entre a portaria e o local

de trabalho não seja considerado tempo à disposição do empregador.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para alterar o § 1º do artigo 58 da CLT e revogação da Súmula 429 do TST.

15ª. Ementa: propõe o estabelecimento de requisitos e obrigações para a regulamentação de atividades profissionais.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

16ª. Ementa: propõe a revogação do regime de sobreaviso.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária para revogar o artigo 244 da CLT.

17ª. Ementa: propõe a regulamentação da contratação de pessoas físicas, para prestação de serviço eventual, quando não existentes as características legais de vínculo empregatício.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

18ª. Ementa: propõe as mudanças nos contratos de prazo determinado para que se permita que as empresas contratem diretamente trabalhadores temporários com diferenciação de benefícios.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para alterar os artigos 443 e seguintes da CLT.

19ª. Ementa: propõe a regulamentação para permitir a terceirização de qualquer atividade da empresa, desde que garantida a proteção do trabalhador.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei regulamentando a terceirização (ver PL 4.330/2004 em tramitação no Congresso Nacional).

20ª. Ementa: propõe a racionalização e a explicitação das regras a serem seguidas por empresas nacionais que atuam e têm funcionários brasileiros no exterior.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

21ª. Ementa: propõe a simplificação dos procedimentos de regularização de trabalhadores estrangeiros no Brasil.

■ **Medida necessária/instrumento:** Alteração nas resoluções normativas do CNIG e nas normas que regem a expedição do RNE.

22ª. Ementa: propõe o reconhecimento dos sistemas de remuneração estratégica.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de Lei (PL) para incluir na CLT o reconhecimento dos sistemas de remuneração estratégica adotados pelas empresas.

23ª. Ementa: propõe o fracionamento da participação nos lucros e resultados (PLR) em até quatro parcelas anuais e melhorias no instrumento.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei alterando as disposições da Lei 10.101/2000.

24ª. Ementa: propõe a extinção do salário-mínimo regional e dos pisos salariais estaduais.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei complementar para revogar a LC 103/2001.

25ª. Ementa: propõe a extensão do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) às empresas sob o regime tributário de lucro presumido e às empresas optantes pelo Simples Federal, bem como sua cumulatividade com outros programas ou incentivos.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

26ª. Ementa: propõe a instituição de procedimento de notificação prévia às empresas que eventualmente descumpram aspectos ligados ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), concedendo prazo para regularização.

■ **Medida necessária/instrumento:** Alteração no Decreto 5/1991.

27ª. Ementa: propõe que empregadores tenham a opção de efetuar contribuições à previdência privada apenas dos trabalhadores que ganham acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sem incidência de contribuição previdenciária.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária. Alteração ao inciso p, do parágrafo 9º, do artigo 28, da Lei 8.212/1991.

28ª. Ementa: propõe explicitar que a oferta, pela empresa, de transporte para os trabalhadores, não pressupõe a remuneração do tempo gasto no deslocamento como horas in itinere.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projetos de lei ordinária e complementar para alterar os §§ 2º e 3º do artigo 58 da CLT.

29ª. Ementa: propõe a revogação do intervalo de descanso de 15 minutos para mulheres antes da jornada extraordinária (artigo 384 da CLT).

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária

30ª. Ementa: propõe a transferência para o INSS da responsabilidade pelo pagamento direto do salário-maternidade às trabalhadoras de empresas optantes pelo Simples em licença-maternidade.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

31ª. Ementa: propõe a isenção da contribuição previdenciária e a transferência dos pagamentos do FGTS, do proporcional de férias e dos demais encargos incidentes durante a licença-maternidade para o INSS.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

32ª. Ementa: propõe o estabelecimento de um prazo para que a gestante, cujo contrato foi rescindido, informe à empresa sobre a gravidez e seja reintegrada.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

33ª. Ementa: propõe explicitar a inexistência de estabilidade em contratos por prazo determinado e criar proteção previdenciária a esses trabalhadores e gestantes.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ou revisão das Súmulas 244, III, e 378, III, do TST.

34ª. Ementa: propõe que o custo com o plano de saúde e a assistência médica oferecidos pela empresa ao trabalhador seja arcado integralmente pela seguridade social, no caso da aposentadoria por invalidez.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para alterar a Lei 8.212/1991.

35ª. Ementa: propõe a implantação de sistema eletrônico pelo INSS, com uso de certificação digital, para emissão de atestados médicos.

■ **Medida necessária/instrumento:** Firmar acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM) e alterar a Resolução do INSS 202, de 17 de maio de 2012.

36ª. Ementa: propõe a fixação de um prazo para revisão, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de laudo referente a trabalhadores liberados para retorno ao trabalho que não obtiveram alta pelo médico da empresa.

■ **Medida necessária/instrumento:** Ato normativo.

37ª. Ementa: propõe a revisão técnica do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) para evitar caracterizações descabidas de afastamentos, como doenças ocupacionais, melhorando também os processos de perícia e os recursos dentro do INSS.

■ **Medida necessária/instrumento:** Atos normativos.

38ª. Ementa: propõe a criação de metodologia transparente e equilibrada para os Riscos Ambientais do Trabalho (RATs), capaz de estimular ações de prevenção em SST.

■ **Medida necessária/instrumento:** Decreto alterando o Decreto 6.957/2009.

39ª. Ementa: propõe a transferência para a Previdência Social dos custos com afastamentos em razão de atestados médicos desde o primeiro dia.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei dando nova redação ao artigo 6º da Lei 605/1949.

40ª. Ementa: propõe que o INSS cumpra sua obrigação de promover a reabilitação profissional.

■ **Medida necessária/instrumento:** Programa e projeto de lei.

41ª. Ementa: propõe as medidas de manutenção parcial do Benefício de Prestação Continuada (BPC) durante a permanência no emprego, visando estimular a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para alterar o artigo 21-A da Lei 8.742/1993, de forma que permita a coexistência entre parte do BPC e salário das pessoas com deficiência.

42ª. Ementa: propõe a criação de um sistema de emprego para pessoas com deficiência no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

43ª. Ementa: propõe a desoneração do custo previdenciário na contratação de pessoas com deficiência.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei alterando a Lei 8.213/1991 e o Decreto 5.296/2004.

44ª. Ementa: propõe a mudança dos critérios utilizados para identificar as deficiências aceitas para o cumprimento das cotas.

■ **Medida necessária/instrumento:** Revisão do Decreto 3.298/1999.

45ª. Ementa: propõe a exclusão das atividades que demandam aptidão física, auditiva, visual ou mental plena da base de cálculo das cotas de contratação de pessoas com deficiência.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária e revisão da CBO.

46ª. Ementa: propõe a flexibilização da obrigatoriedade de cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência nos casos de restrições de locomoção e acesso dos trabalhadores.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

47ª. Ementa: propõe a criação de incentivos fiscais e financeiros para que as empresas possam adaptar suas estruturas físicas para pessoas com deficiência.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei e criação de linha de financiamento com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

48ª. Ementa: propõe que se calculem a multa rescisória sobre o FGTS e o aviso prévio apenas sobre o período posterior à aposentadoria espontânea e não sobre todo o período do contrato de trabalho.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

49ª. Ementa: propõe as medidas para incentivar a contratação e a recuperação de infratores e reduzir a reincidência criminal.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária definindo claramente o programa de incentivos para as empresas que se dispuserem a contratar ex-presidiários.

50ª. Ementa: propõe a explicitação do trabalho em ambiente artificialmente frio diverso de câmaras frigoríficas não enseja a pausa obrigatória do artigo 253 da CLT.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária ou revisão da Súmula 438 do TST.

51ª. Ementa: propõe o fracionamento de férias em três períodos anuais para todos os empregados.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

52ª. Ementa: propõe a dilatação de prazos para implantação das exigências da Norma Regulamentadora (NR) 12 e sua revisão técnica para padrões adequados de segurança, a serem exigidos em um prazo mais

compatível com a substituição de máquinas e equipamentos.

■ **Medida necessária/instrumento:** Adiantamento e revisão técnica da NR 12.

53ª. Ementa: propõe o afastamento de restrições ao trabalho a céu aberto em virtude de distorções no método de avaliação do calor.

■ **Medida necessária/instrumento:** Revisão da OJ SBDI-1 173-II do TST. Revisão da NR 15, anexo 3. Projeto de Lei ordinária definindo a matéria.

54ª. Ementa: propõe o estabelecimento de critérios legais objetivos e adequados para caracterizar o trabalho escravo.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária e mudança na IN 91.

55ª. Ementa: propõe a mudança da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal atualmente incidente sobre a folha de pagamento.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

56ª. Ementa: propõe a extinção da multa adicional de 10% sobre o FGTS nos casos de demissão sem justa causa.

■ **Medida necessária/instrumento:** Aprovação na Câmara do PLP 0200/2012, o qual foi aprovado no Senado sob o número PLS-C 198/2007.

57ª. Ementa: propõe a retirada expressa da incidência da contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado.

■ **Medida necessária/instrumento:** Reincluir no Decreto 3.048/1999 a letra f do § 9º do artigo 214.

58ª. Ementa: propõe a eliminação do recolhimento de contribuições previdenciárias ao INSS sobre os dias de afastamento por licença médica do trabalhador.

■ **Medida necessária/instrumento:** Decreto para alterar o Decreto 3.048/1999 ou projeto de lei ordinária para alterar a Lei 8.212/1991.

59ª. Ementa: propõe a redução da alíquota do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para micro e pequenas empresas (MPEs).

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária (PL 951/2011) ou outro.

60ª. Ementa: propõe a revogação da indenização adicional equivalente a um salário mensal para o empregado dispensado no período de 30 dias que antecede a data de sua correção salarial.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para revogação expressa dos artigos 9º das Leis 6.708/1979 e 7.238/1984.

61ª. Ementa: propõe a exclusão dos adicionais de periculosidade e insalubridade da base de incidência de contribuições previdenciárias.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei alterando a Lei 8.212/1991.

62ª. Ementa: propõe a criação de seguro obrigatório em substituição ao pagamento de adicional de periculosidade, que seria extinto gradualmente.

■ **Medida necessária/instrumento:** PEC, para substituir o adicional de periculosidade pelo seguro de periculosidade, e PL, para regulamentar o seguro.

63ª. Ementa: propõe o pagamento proporcional do adicional de periculosidade de acordo com o tempo de exposição ao risco.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para alterar o artigo 193 da CLT.

64ª. Ementa: propõe a eliminação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores afastados para cumprir o serviço militar obrigatório.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei dando nova redação ao parágrafo único do artigo 4º da CLT.

65ª. Ementa: propõe a desoneração do custo previdenciário de aprendizes empregados por empresas.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei alterando a Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei 8.212/1991).

66ª. Ementa: propõe a adoção de metodologia e atualização da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para o cálculo adequado da cota de aprendizes.

■ **Medida necessária/instrumento:** Portaria ministerial.

67ª. Ementa: propõe a redução de encargos, por prazo determinado, para as empresas que oferecerem a primeira oportunidade de emprego ao profissional.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária

68ª. Ementa: propõe a redução de encargos, por prazo determinado, para a contratação de profissionais recém-formados.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

69ª. Ementa: propõe a isenção de encargos previdenciários para bolsas de estudos concedidas por empresas.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

70ª. Ementa: propõe que a carga horária de cursos de formação profissional que as empresas patrocinarem aos seus trabalhadores, em horário diverso ao contratual, não seja computada na jornada de trabalho para o efeito do pagamento de horas extraordinárias.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

71ª. Ementa: propõe a vinculação de uma parte das receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) à qualificação profissional e à bolsa qualificação.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

72ª. Ementa: propõe a revisão dos mecanismos de concessão do seguro-desemprego, de modo a condicionar o acesso à qualificação e ao atendimento do trabalhador às possibilidades de emprego, com proibição de trabalhar informalmente.

■ **Medida necessária/instrumento:** Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) quanto à condicionalidade de acesso e projeto de lei para punir fraudes.

73ª. Ementa: propõe a criação de um fundo antidesemprego, com recursos do FAT, utilizando especialmente em contexto de crise.

■ **Medida necessária/instrumento:** Lei ordinária regulamentando o instrumento.

74ª. Ementa: propõe medidas de estímulo aos investimentos privados em formação profissional.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para reeditar a Lei 6.297/1975, com as devidas atualizações (ver PLS 37/2012).

75ª. Ementa: propõe a redução de jornada com consequente redução de salário de modo a permitir ajustes em tempos de mudanças e dificuldades.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária disciplinando a redução de jornada e de salário por meio de acordo coletivo.

76ª. Ementa: propõe que as revisões de jurisprudência realizadas pelo TST em suas súmulas contenham sempre os efeitos modulares, não atingindo situações pretéritas.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária para acrescentar à Lei 7.701/1998 a necessidade de modulação dos efeitos quando das modificações ou edições das súmulas.

77ª. Ementa: propõe que as súmulas editadas pelo TST possam ser questionadas no STF pelo controle concentrado da sua constitucionalidade, quando houver contrariedade às normas constitucionais.

■ **Medida necessária/instrumento:** Elaboração de PEC para inclusão no artigo 102, I, a, da Constituição Federal.

78ª. Ementa: propõe o reconhecimento da rescisão por “culpa recíproca” fixada por negociação coletiva ou definida individualmente.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para alterar o artigo 484 da CLT.

79ª. Ementa: propõe a simplificação dos procedimentos de homologação da rescisão contratual para empregados de micro e pequenas empresas e de profissionais de grau superior.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

80ª. Ementa: propõe a criação de um procedimento de jurisdição voluntária para a homologação de acordos trabalhistas, a partir de acordo firmado em sindicato certificado.

■ **Medida necessária/instrumento:** PEC.

81ª. Ementa: propõe o resgate da obrigatoriedade de submissão de demandas trabalhistas às Comissões de Conciliação Prévia (CCPs).

■ **Medida necessária/instrumento:** PEC para tornar novamente obrigatória a submissão de demandas trabalhistas às CCPs.

82ª. Ementa: propõe a permissão expressa de utilização da arbitragem para resolução de conflitos, envolvendo profissionais que não são hipossuficientes.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

83ª. Ementa: propõe o registro eletrônico de audiências trabalhistas.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ou ato normativo para implantação de projeto Fidelis ou semelhante para realizar a gravação de audiências trabalhistas.

84ª. Ementa: propõe a criação de um fundo para pagamento de todos os honorários periciais.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

85ª. Ementa: propõe medidas para evitar que a penhora on-line em execuções trabalhistas exceda os valores devidos na ação.

■ **Medida necessária/instrumento:** Alteração do procedimento do Bacen.

86ª. Ementa: propõe, nas hipóteses de execuções provisórias de ações trabalhistas, que se priorize a penhora de bens para garantia da execução.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

87ª. Ementa: propõe medidas para evitar o não comparecimento de reclamante em audiências trabalhistas.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

88ª. Ementa: propõe a redução do depósito prévio para interposição de recursos perante a Justiça do Trabalho para micro e pequenas empresas.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

89ª. Ementa: propõe a criação de cartilha de direitos e deveres das empresas para servir como guia no atendimento das inspeções do trabalho realizadas pela fiscalização.

■ **Medida necessária/instrumento:** Edição da cartilha pelo MTE, incorporação do material em seus diversos canais de comunicação e distribuição do material às empresas (ainda que de forma eletrônica) no momento do início de qualquer procedimento de inspeção do trabalho.

90ª. Ementa: propõe a ampliação do prazo para apresentação de defesa e recursos administrativos, bem como recolhimento das multas administrativas impostas pelo MTE.

■ **Medida necessária/instrumento:** Alteração dos artigos 12, V, 23, 31 e 32 da Portaria MTE 148/1996.

91ª. Ementa: propõe a criação de um conselho tripartite para analisar e julgar defesas e recursos oriundos de autos de infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

92ª. Ementa: propõe a instituição de sistema eletrônico para que empresas e o próprio MTE possam acompanhar os procedimentos de inspeção do trabalho.

■ **Medida necessária/instrumento:** Portaria do MTE criando o sistema.

93ª. Ementa: propõe alteração nos procedimentos para determinar que as fiscalizações do trabalho sejam acompanhadas pelo empregador ou seu preposto designado.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária para alterar a Lei 10.593/2002, que regula a competência do auditor do trabalho, ou decreto para alterar o artigo 13 do Decreto 4.552/2002.

94ª. Ementa: propõe a extensão do princípio da dupla visita da fiscalização do trabalho.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de Lei (PL) para alterar o artigo 627 da CLT e para criar nova situação de dupla visita obrigatória.

95ª. Ementa: propõe que durante o prazo concedido ao empregador para a adequação das suas atividades à legislação vigente, a partir da celebração de um termo de compromisso, suspenda a aplicação de outras penalidades pelos demais órgãos fiscalizadores.

■ **Medida necessária/instrumento:** Alteração da legislação vigente (CLT, a Lei 7.347/1985 e a Lei 8.078/1990), para inserir a vedação da cumulatividade das penalidades administrativas de competência do MTE e do MPT.

96ª. Ementa: propõe a possibilidade de obtenção da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) mesmo não atendendo a cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei ordinária.

97ª. Ementa: propõe a prorrogação do prazo para que as empresas devolvam as Carteiras de Trabalho e Previdência Social aos trabalhadores para 10 dias úteis.

■ **Medida necessária/instrumento:** Alteração do artigo 29 da CLT, aumentando para 10 dias úteis o prazo de devolução da CTPS.

98ª. Ementa: propõe a revogação ou a suspensão da obrigatoriedade de adoção do Registrador Eletrônico de Ponto (REP).

■ **Medida necessária/instrumento:** Edição de Portaria pelo MTE revogando ou suspendendo a Portaria 1.510/2009 ou Decreto.

99ª. Ementa: propõe que as empresas possam efetuar o pagamento do vale-transporte diretamente ao trabalhador em dinheiro.

■ **Medida necessária/instrumento:** Alteração da Lei 7.418/1985 ou ato normativo da Receita Federal.

100ª. Ementa: propõe que o INSS forneça acesso dos trabalhadores às informações detalhadas referentes a recolhimentos efetuados em seu nome pela empresa.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei para revogar o inciso VI do artigo 32 da Lei 8.212/1991 e preparar os sistemas do INSS para instituir a consulta pelo trabalhador aos dados.

101ª. Ementa: propõe o registro eletrônico centralizado de informações funcionais em substituição à carteira em meio físico.

■ **Medida necessária/instrumento:** Projeto de lei e criação de um sistema informatizado de registro.